

ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA PESQUISAS NA ÁREA DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS

Daniel Rodrigues Silva Luz NETO¹

Neio Lucio de Oliveira CAMPOS²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir com elementos metodológicos para as pesquisas na área do ensino de Geografia em escolas do ensino básico. A pesquisa foi desenvolvida usando uma abordagem qualitativa, centrada no procedimento de pesquisa bibliográfica. Para tanto, realizou-se uma investigação teórica sobre elementos de projetos de pesquisa, métodos, procedimentos e técnicas, que se constituíram como as categorias analíticas da investigação deste objeto de pesquisa. Os resultados indicam que existe um crescimento de pesquisas na área de ensino de Geografia no Brasil, o que, ao mesmo tempo, demanda um maior cuidado na identificação e aplicação de elementos metodológicos essenciais para a construção dos projetos de pesquisa nessa área, seja no âmbito de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), mestrado ou doutorado. Com isso, este artigo representa uma contribuição metodológica para a construção e a operacionalização de projetos de pesquisa na área de ensino de Geografia em escolas brasileiras.

Palavras-chave: Ensino de geografia. Projetos de pesquisa. Procedimentos. Abordagens. Técnicas.

¹ Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Docente do Departamento de Geografia e do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UNB).

METHODOLOGICAL ELEMENTS FOR RESEARCH IN THE AREA OF GEOGRAPHY TEACHING IN SCHOOLS

ABSTRACT

The objective of this work is to contribute methodological elements to research in the area of Geography teaching in basic education schools. The research was developed using a qualitative approach, centered on bibliographic research procedures. To this end, a theoretical investigation was carried out on elements of research projects, methods, procedures, and techniques, which constituted the analytical categories of this research object. The results indicate a growth in research in the area of Geography teaching in Brazil, which, at the same time, demands greater care in identifying and applying essential methodological elements for the construction of research projects in this area, whether in the context of undergraduate theses, master's theses, or doctoral dissertations. Therefore, this article represents a methodological contribution to the construction and operationalization of research projects in the area of Geography teaching in Brazilian schools.

Keywords: Geography teaching. Research projects. Procedures. Approaches. Techniques.

1 INTRODUÇÃO

A área do ensino de Geografia mantém uma relação epistêmica de unidade com o campo científico da ciência geográfica. Isso significa dizer que ela pertence ao corpus científico da Geografia e que tem especificidades, conforme pontua Callai (2013) e Cavalcanti (2024, 2013). Enquanto o campo tem como objeto investigativo o espaço geográfico, conforme defende Santos (2014) e Moreira (2015). Já a área do ensino de Geografia tem como função investigações científicas sobre objetos relacionados a elementos que envolvem, de forma direta ou indiretamente, o processo de ensino-aprendizagem geográfica, seja no ensino básico e superior, ou em educação em espaços não formais.

A área do ensino de Geografia envolve um amálgama de conhecimentos interrelacionados, como os da ciência geográfica (teorias, conceitos, princípios, categorias, métodos, linguagens, etc), didático-pedagógicos, da psicologia do desenvolvimento, da sociologia da educação, da história da educação, das políticas públicas, dos currículos, dos contextos dos estudantes, da formação de professores, dos condicionamentos socioespaciais dos lugares e do mundo, além da necessidade de considerar as características sociais, cognitivas e afetivas dos estudantes, entre outros.

As pesquisas na área do ensino de Geografia têm crescido nos últimos anos. Isso tem demandado de seus pesquisadores em Trabalhos de Conclusão de curso (TCC), mestrado e doutorado uma demanda ainda maior de cuidados metodológicos na construção de projetos de pesquisa que sejam coerentes com os objetos de investigação relacionados à área de ensino de Geografia. Por isso, este trabalho visa a contribuir metodologicamente para a construção de projetos de pesquisas da área de ensino de Geografia na educação básica.

Não é demasiado lembrar que pesquisas acadêmicas envolvem um conjunto de elementos essenciais e estruturantes na consecução de seus objetivos científicos e no alcance de seus resultados com impactos de relevância social. Por isso, é necessário que o pesquisador construa seu projeto de pesquisa de modo que possa operacionalizá-lo de forma coerente e que tenha articulação lógico-metodológica, desde a identificação das fontes de informação, coleta, tratamento técnico, análise e discussão dos dados.

É a coerência lógico-metodológica e sistemática dos elementos essenciais e estruturantes do projeto de pesquisa que possibilita a interpretação do objeto de pesquisa científica com consistência, qualidade acadêmica e impacto social. Tal coerência, em outras palavras, precisa ser

almejada na apresentação do objeto e na contextualização, justificativa, problemática, hipótese/suposição, objetivo geral, objetivos específicos, procedimentos metodológicos (método científico-filosófico, tipos de abordagem, tipos de fontes de informação, técnicas e instrumentos de pesquisa etc.), fundamentação teórica, cronograma e referências bibliográficas.

A coerência mencionada tem sido um percalço entre os pesquisadores na construção de seus respectivos projetos de pesquisa quanto a saberem construí-los, pois os manuais de metodologia da pesquisa científica trazem discordância quanto às definições e modos de classificação em relação ao que significa cada componente constituinte de um projeto de pesquisa. Isso pode causar dúvidas nos pesquisadores, principalmente para os que estão iniciando nesta área do mundo acadêmico.

Diante dessa dificuldade, o objetivo deste trabalho é contribuir com elementos metodológicos para as pesquisas na área do ensino de Geografia em escolas do ensino básico. Para a concretização desse objetivo, utiliza-se a abordagem qualitativa na produção e análise dos dados levantados a partir do procedimento de pesquisa bibliográfica por meio de três categorias analíticas, a saber: componentes essenciais de projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Este trabalho teve como base inicial o capítulo dos procedimentos metodológicos da tese de doutorado do primeiro autor, Luz Neto (2022), com acréscimos de mais reflexões teórico-metodológicas que contribuíram para o refinamento da produção deste artigo.

Em termos estruturais, o trabalho encontra-se organizado em três seções, a saber: elementos essenciais de projeto de pesquisa, procedimento bibliográfico, procedimento de campo e procedimento de análise dos dados.

2 ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PROJETO DE PESQUISA

Ao se começar com a elaboração de um projeto de pesquisa, pode-se iniciar fazendo um índice (sumário) para estruturar o formato da pesquisa de cunho científico e, por conseguinte, potencializar a produção de conteúdos teórico-científicos. Para Eco (200), redigir um índice (sumário) como formato de trajeto de trabalho é indicar um caminho a ser percorrido que poderá passar por mudanças, mas já com um caminho pré-estabelecido e não em um percurso sem nenhum trajeto. Isso significa dizer que a estrutura servirá de bússola orientadora para a operacionalização de projetos de pesquisa, como de graduação, especialização, mestrado, doutorado, entre outros.

O projeto de pesquisa é uma construção do pesquisador, que decide pesquisar um tema em virtude de uma problemática. Ele é constituído de alguns elementos essenciais para que se possa servir como “bússola” na orientação de uma investigação propriamente científica, tais como: apresentação e contextualização do objeto de estudo, justificativa da escolha do objeto, problematização da lacuna investigativa, hipótese/suposição, objetivo geral, objetivos específicos, procedimentos metodológicos, fundamentação teórica, cronograma da investigação e referências bibliográficas. Esses componentes podem mudar de ordem, a depender das normas específicas dos departamentos de Geografia, mas independentemente de qualquer que seja a diretriz, eles precisam estar presentes (Figura 1).

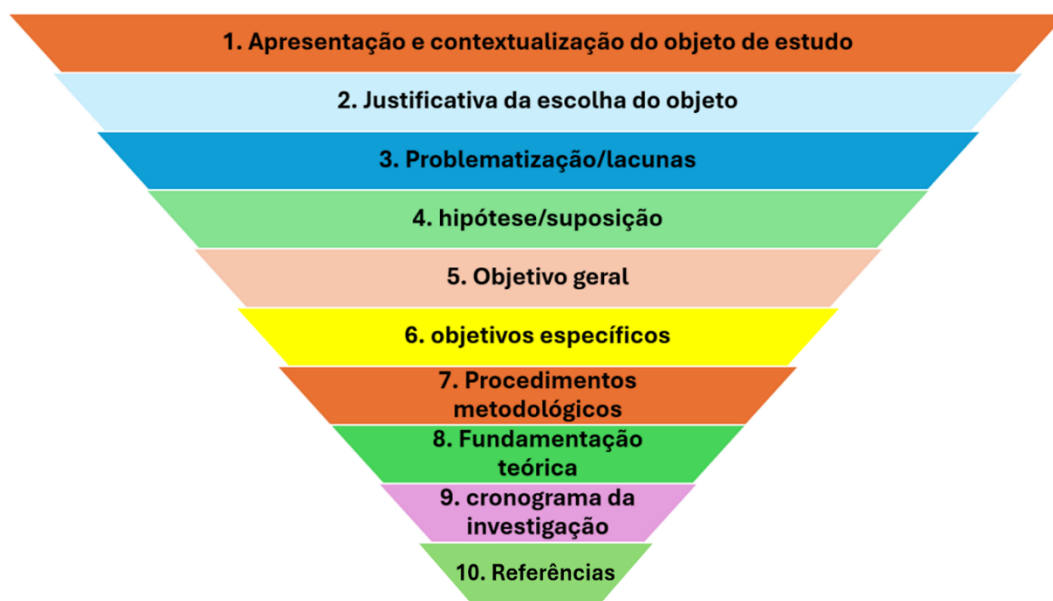


Figura 1 – Elementos essenciais de projeto de pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A apresentação e a contextualização do objeto de pesquisa é uma construção histórico-cultural pelo sujeito dentro de uma dinâmica tempo-espaço. Desse modo, na área de ensino de Geografia o pesquisador pode fazer pesquisa tanto nas instituições de ensino superior quanto nas básicas ou em espaços educativos não formais. Neste trabalho se delineia o foco para as investigações em escolas básicas brasileiras.

Ao se tratar de situações em pesquisas em escolas, o pesquisador precisa fazer uma delimitação do objeto de pesquisa a ser investigado, como: operando pelo pensamento indutivo, da

menor escala para a maior; ou dedutivo, da maior escala para a menor. Cabe destacar que essa operação inicial na construção do objeto no projeto de pesquisa é feita apenas para fins de critérios metodológicos e da tomada de consciência sobre o *modus operandi* da pesquisa, e do porquê essas escolhas no decorrer da pesquisa precisam estar inter-relacionadas.

Ao contextualizar os objetos de pesquisa em uma perspectiva da totalidade em movimento, é necessário trazer a relação tempo-espço. Com as pesquisas no ensino de Geografia na educação básica não diferente, é preciso inserir o objeto de pesquisa no contexto do período histórico do mundo contemporâneo, que se expressa espacialmente em forma de meio geográfico técnico-científico-informacional.

Dito isso, antes de se chegar às instituições de ensino e seus sujeitos, é preciso delimitar que o mundo contemporâneo é constituído de muitos fatores, sejam eles de ordem econômica, política ou cultural. A escola e suas práticas educativas, nesse cenário, não podem ser vistas de forma isolada, como se fossem ilhas, porque elas sofrem de condicionantes sociopolíticos desse processo em suas dinâmicas socioespaciais e, por conseguinte, em suas práticas pedagógicas. Isso porque o que acontece em outros lugares também influencia o local e, por conseguinte, a escola.

Nesse contexto, o pesquisador precisa delimitar um foco, a depender de sua perspectiva teórico-filosófica do mundo. A título de exemplificação, caso o sujeito operacionalize pelo método do materialismo histórico-dialético, a contextualização pode ser feita a partir das contradições implicadas pelo modo de produção do capitalismo para as práticas socioespaciais cotidianas, bem como a possibilidade de resistência dos atores não-hegemônicos, por meio de suas lutas e de ações desses sujeitos, como as dos movimentos sociais, das mulheres, dos negros, dos quilombolas, dos povos indígenas, dos LGBTQIA+, dos intelectuais, do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), dos camponeses, dos migrantes, dos ribeirinhos, dos povos periféricos, da classe trabalhadora, dos movimentos ambientalistas, dos movimentos pela inclusão, dos movimentos anticapitalismo, entre outros.

Na justificativa, pode-se apresentar os motivos da realização da pesquisa pessoal, acadêmica e social. Na justificativa pessoal, é preciso expressar a relação do pesquisador com o objeto de estudo, seja como professor, coordenador pedagógico, diretor escolar, estudante de estágio supervisionado, gestor de secretarias ou pesquisador de modo geral, porque o interesse geralmente parte de uma proximidade do pesquisador com o objeto de pesquisa a ser investigado, com intencionalidades diversas, por exemplo: de formação continuada, de angariar benefícios de

plano de cargos e carreira profissional, de potencializar as práticas educativas, de intervenção para a resolução de situações-problema de um determinado contexto escolar, de perspectiva revolucionária para transformar a realidade para outros modos organizativos-operativos de sociedade, bem como também partir de reflexões teóricas ou dúvidas advindas de estudos realizados em grupos de estudos, eventos acadêmicos, entre outros.

Na justificativa acadêmica, pode-se dizer quais são as contribuições que sua pesquisa vai propiciar para o campo científico (Geografia) e para a área do ensino de Geografia. Isso significa dizer quais são as contribuições para a área do ensino, ou seja, se são para os fundamentos teóricos, metodologias de ensino, processo de avaliação, reflexão das práticas educativas do professor de Geografia, formação inicial e continuada dos professores de Geografia ou experimentos formativos com estudantes, para citar alguns exemplos.

A reboque disso, é importante também indicar a contribuição social da pesquisa para os alunos e a comunidade de modo geral. Além disso, é necessário explicitar de que maneira essa pesquisa vai contribuir para a dimensão social. Por exemplo, a nossa defesa é de que seja para levar os estudantes a operarem com os conhecimentos epistêmico-científicos da ciência geográfica em diálogo com os conhecimentos cotidianos em prol da interpretação e da atuação transformadora diante das práticas socioespaciais. Desse modo, na justificativa, o sujeito precisa trazer essas três dimensões de contribuição: acadêmica, social e pessoal. Isso se justifica porque a pesquisa precisa ter motivos para a sua viabilidade de realização.

A problematização é a questão científica a ser respondida na lacuna relacionada ao objeto de pesquisa. Assim, após a apresentação, a contextualização do objeto de estudo e a justificativa da pesquisa trazem consigo uma lacuna que se desdobra na questão problematizadora a ser discutida, que pode ser teórica, empírica, interventiva, experimental, etnográfica, um estudo de caso, pesquisa-ação, entre outras. No caso específico de pesquisas em escolas, é preciso considerar a triangulação entre o dado empírico, a teoria, a análise, a discussão do pesquisador e, conseqüentemente, a produção de novos significados para o objeto pesquisado.

Hipótese/suposição é uma possível resposta para o problema de pesquisa, e a sua ratificação com evidências científicas se torna uma tese sobre determinado objeto de pesquisa. Tais evidências que sustentam uma tese científica, segundo Eco (2007), se caracterizam por ser um processo de documentação pública, a qual possibilita outros sujeitos investigar e averiguar se os resultados são decorrentes de fatores que não sejam de intervenções enviesadas dos dados para sua comprovação

ou sustentação. Até porque na pesquisa científica uma hipótese refutada é também considerada um resultado relevante para a ciência, porque poderá estimular outras pesquisas com outras experiências, dados e análises diferentes (Eco, 2007).

Para responder ao problema de pesquisa, é necessário ter uma meta geral, que é o objetivo geral da investigação científica, o qual diz respeito aos processos gerais a que se quer chegar na pesquisa para responder à lacuna investigativa, com verbos mais gerais, como: analisar, compreender, investigar. Para a concretização da meta geral, traça-se os passos metodológicos específicos para que se possa concretizar o objetivo geral. Assim, elencam-se os objetivos específicos que, em geral, se apresentam com verbos mais operacionais, menos abrangentes, como: conceituar, discutir, explicitar, descrever, identificar, experimentar etc. Para operacionalizar os objetivos específicos em cada um deles, o pesquisador lança mão de procedimentos e técnicas orientadas pelo método científico mobilizado pelo pesquisador.

Os procedimentos metodológicos dizem respeito às abordagens, técnicas e instrumentos utilizados como mediadores para a produção científica, os quais são orientados pelo método filosófico. Esse, por sua vez, diz respeito a como o sujeito interpreta a realidade do ponto de vista teórico-filosófico. Assim, existem vários métodos, como dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, materialismo histórico-dialético, hermenêutica, existencialismo, fenomenológico, estruturalismo, pós-estruturalismo, para citar alguns. Cabe destacar que o sujeito, ao produzir um projeto de pesquisa, direciona-o à luz de visão de mundo que se aproxima de uma corrente epistêmica teórico-filosófica.

A fundamentação teórica é o momento em que o pesquisador faz pesquisas sobre a ideia inicial de sua temática. Dessa forma, ela é essencial para a elaboração do arcabouço de todo o projeto de pesquisa. Nesse momento, pode-se ampliar a visão e a construção do objeto de pesquisa, sua apresentação, elaboração da problematização, surgimento do objetivo, traçar suposições. Isso é feito ao se buscar as possíveis pesquisas preexistentes relacionadas a uma determinada temática de interesse do pesquisador e, com isso, identificam-se possíveis lacunas investigativas naquele objeto de pesquisa.

Nessa parte da fundamentação teórica, indica-se escolher umas três ou quatro categorias teóricas sobre a temática de modo que elas possam contribuir para a construção do projeto de pesquisa, porque isso é fulcral para se estabelecer a conexão balizadora dos componentes do projeto de pesquisa: apresentação, contextualização, delimitação do objeto, justificativa, problematização

da pesquisa, suposições, objetivos, construção da metodologia do projeto, fundamentação teórica, cronograma e referenciais teóricos.

O cronograma das atividades são as descrições das ações planejadas a serem relacionadas durante toda a pesquisa. Essa parte do projeto é um recurso importante para o planejamento da pesquisa, principalmente em pesquisa em escolas, pois o pesquisador da área da Geografia de ensino, ao ter como foco esse recorte de locus investigativo, faz-se necessário observar peculiaridades referentes a essas instituições. Por exemplo, observar que nas escolas existe um calendário escolar com demandas que não podem ter interferências do pesquisador, ou seja, existem semanas de provas, datas comemorativas, fechamento de bimestres, férias, recessos, feriados, bem como também acontecimentos imprevistos nesses espaços, como falta de energia elétrica, falta de água, atestados médicos dos professores, problemas com ônibus escolar, reuniões com professores, visitas técnicas das secretarias, condições meteorológicas adversas (chuvas, queda de árvores, alagamentos etc.), greves dos trabalhadores da educação, entre outros. Desse modo, indica-se fazer pesquisas nas escolas, principalmente nos meses de abril a maio, no primeiro semestre; no segundo semestre, nos meses de setembro a outubro.

Por fim, listam-se as referências bibliográficas que foram citadas no texto. Para isso, recomenda-se citar cada texto trabalhado e apropriado para a discussão do trabalho assim que utilizá-los. Essa ação evita o esquecimento de como não saber mais onde localizar o material e com isso ter que retirar a fundamentação da pesquisa. Além disso, observar que cada instituição acadêmica se orienta pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), geralmente conforme as normas mais atuais.

Dada a discussão dos elementos essenciais do projeto, parte-se agora para os procedimentos de pesquisa, parte operacional para a coleta, análise e discussão dos resultados.

3 PROCEDIMENTO BIBLIOGRÁFICO

O percurso metodológico diz respeito a uma etapa da construção realizada pelo pesquisador. Isso significa dizer que o sujeito é responsável por fazer escolhas e recortes de acordo com suas intenções e condições teórico-metodológicas, experienciais, técnicas e materiais para a realização da pesquisa. Para Gonsalves (2001), o projeto de pesquisa pode contemplar aspectos teóricos,

técnicos e criativos. Segundo a autora, “o percurso metodológico se refere ao caminho trilhado para que você atinja os objetivos que definiu” (Gonsalves, 2001, p. 61).

A ideia de construção do método de ciência e método de pesquisa é essencial porque cada realidade tempo-espacial e o objeto são diferentes. Por isso, a criatividade do pesquisador ancorado no rigor do método teórico-filosófico e na metodologia de pesquisa (tipo de abordagem, procedimento e técnicas/instrumentos) é central para dar conta da coleta das informações empíricas, da análise e da discussão dos resultados com impacto de validade acadêmica e social. Por isso, é importante que essas escolhas, mesmo sendo criativas, não sejam confundidas com improvisação ou tendenciosidade, pois elas precisam ser escolhidas e operacionalizadas em conformidade com o que foi processado durante todo o percurso investigativo. Assim, nas pesquisas na área de ensino de Geografia, as peculiaridades ou imprevistos precisam ser levadas em conta, serem explicitadas e consideradas como fatos que influenciam nos resultados alcançados, mas sem mudanças drásticas para não comprometer o rigor metodológico.

Pessôa (2012) também concorda com essa perspectiva da construção metodológica pelas escolhas do pesquisador. Ela ratifica esse posicionamento quando afirma que “[...] a escolha do caminho metodológico é de responsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e postura, frente a realidade em que vive” (Pessôa, 2012, p. 2). Dessa maneira, o pesquisador na área do ensino de Geografia precisa saber quais caminhos irá trilhar de acordo com sua abordagem teórico-metodológica e como irá fazer para concretizar todo o percurso da pesquisa com critérios metodológicos bem definidos. Por tais motivos, indica-se que nos projetos de TCC, dissertação e tese seja criado um capítulo destinado aos procedimentos metodológicos.

Já o método teórico-filosófico é a forma como vão ser operacionalizadas intelectualmente as análises e as interpretações do objeto pesquisado, mediadas pelas escolhas metodológicas e dos fundamentos teóricos. Nesse sentido, segundo Sposito (2004), o método é um sistema intelectual que possibilita analiticamente interpretar a realidade a partir de um ponto de vista, que é intelectualmente construído. Desse modo, a visão filosófico-teórica do mundo direciona a construção dos procedimentos metodológicos, que trilharam caminhos em busca da interpretação do objeto da pesquisa de acordo com uma perspectiva de compreensão do concreto-pensado.

Concorda-se com os argumentos apresentados por Gonsalves (2001), Pessôa (2012) e Sposito (2004) a respeito da construção do caminho metodológico e que não há neutralidade na

produção do conhecimento científico, em especial, nas ciências sociais, em que o trabalho final de curso, dissertação e tese estão inseridos. Por isso, a análise e a interpretação do objeto de pesquisa exigem que o intérprete tenha conhecimentos e se posicione quanto à base epistemológica de sua pesquisa, aproximando-se ou distanciando-se de correntes teórico-filosóficas que fundamentam as diversas epistemologias das áreas de pesquisa, como a da área de ensino de Geografia.

A discussão do método vai além das escolhas de abordagens, procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa. O ponto de partida requer um conhecimento epistemológico que oriente as suas escolhas e ações de caminhos possíveis no desvendamento do objeto de pesquisa. Embora alguns pesquisadores optem por não expressar qual é o seu método teórico-filosófico. No entanto, a não enunciação do método teórico-filosófico pode dificultar para o leitor identificar os motivos que levaram aos resultados, porque um objeto de pesquisa pode ser visto de diferentes olhares, a depender da perspectiva de visão teórico-metodológica e de mundo. A enunciação do método não significa que não se possa dialogar com outras correntes teórico-filosóficas, mas é importante tanto para o pesquisador quanto para o leitor ter clareza por qual perspectiva o objeto está sendo analisado.

Além disso, a clareza do método teórico-filosófico é importante, principalmente quando se trata dos processos educativos como objetos de pesquisa. Com os da área do ensino de Geografia não é diferente, uma vez que a aprendizagem geográfica opera com muitas perspectivas de métodos filosófico-teóricos, seja na área de pesquisa em ensino ou na prática educativa na educação básica. Quincas, Leão e Ladeira (2018) ratificam essa assertiva quando afirmam que o ensino de Geografia na escola básica ocorre com diferentes procedimentos teórico-metodológicos, ora pode ser identificada uma Geografia Tradicional, ora uma Geografia Crítica.

Outro elemento metodológico importante é o tipo da abordagem metodológica da coleta e tratamento dos dados da pesquisa. As abordagens podem ser quantitativas e qualitativas. A primeira diz respeito ao uso de dados estatísticos, quantidade de amostras etc. Nas pesquisas da área do ensino de Geografia, por se tratar de processos de ensino e aprendizagem, uma abordagem muito usual na contemporaneidade é a qualitativa. Isso porque esses objetos estão associados à compreensão/produção de significados sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico (pensamento teórico-conceitual) que se constitui como meta do ensino de Geografia na escola básica, conforme defendem Cavalcanti (2024) e Luz Neto (2025a, 2025b, 2024).

A abordagem do tipo qualitativa possibilita interpretações com maior profundidade sobre

os fenômenos a serem explorados (Gerhardt; Silveira, 2009). Em conformidade com Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p. 21), “a pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Compreende-se que não é proibido usar dados também quantitativos, eventualmente, na pesquisa qualitativa. Até se pode usá-los com parcimônia, mas a natureza dela é a produção de significação sobre os objetos de estudo. Ou seja, caso sua abordagem seja qualitativa, é permitido usar também dados quantitativos, como, por exemplo, gráficos e tabelas, desde que tenha a natureza de finalidade qualitativa.

Com relação às escolhas dos procedimentos e das técnicas de pesquisa, precisam estar correlacionadas à natureza da pesquisa, isto é, ao objeto, à problematização, aos objetivos e aos sujeitos (Marconi; Lakatos, 2003). Neste artigo, a escolha metodológica foi fazer a discussão em três etapas para pesquisas que envolvem trabalho diretamente em escolas de educação básica. Para isso, orienta-se a sistematização da pesquisa em três etapas operacionalizadas via procedimento de pesquisa bibliográfica, de campo e de análise do conteúdo. Tais procedimentos metodológicos constituem etapas operativas que permitem a coleta de informação empírica, organização, análise, interpretação e discussão dos resultados.

Na primeira etapa da pesquisa, indica-se o procedimento de pesquisa bibliográfica, que representa a busca por fundamentos teórico-metodológicos relacionados ao tema pesquisado sobre ensino e aprendizagem geográfica. Para Tozoni-Reis (2009, p. 25), “a pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que o campo onde será feita a produção dos dados é a própria bibliografia sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar”.

Fundamentados nisso, pode-se estabelecer o critério metodológico de busca sistemática por descritores de unidade temática e conceitual, por exemplo, unidades temáticas sobre cidade, globalização, pensamento geográfico, estratégias pedagógicas, situação geográfica, e as unidades conceituais sobre conceitos, princípios lógicos, categorias de análise, linguagens, como a cartográfica, inclusão no ensino de Geografia, questões étnico-raciais, diversidade, gênero, aspectos físico-naturais e ensino de Geografia, por exemplo.

Nesse momento, para fins de coleta de dados e possibilidade de potencializar a pesquisa bibliográfica, recomenda-se um quadro metodológico bibliográfico das categorias e autores principais de sua pesquisa, contendo referência bibliográfica, objetivo do trabalho, metodologia utilizada e os resultados (Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro metodológico bibliográfico

1.Referência bibliográfica	2.Objetivo do trabalho	3.Metodologia utilizada	4. Resultados
Referenciar conforme a ABNT.	Inserir o objetivo da pesquisa.	Identificar abordagens, procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa.	Síntese dos resultados da pesquisa, como produção de novos significados, novas perguntas, recomendações etc.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

As pesquisas bibliográficas podem ser encontradas em bibliotecas virtuais – livros, teses, dissertações, na rede mundial de computadores, em sites e endereços de plataformas de divulgação científica, como Scielo Scientific Electronic Library Online; Google Acadêmico; World Wide Science; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil, 2022); Academia.edu; Dialnet, Researchgate, dentre outros, e contar também com o uso do acervo dos pesquisadores.

No Quadro 2, indicam-se alguns periódicos específicos da área de ensino de Geografia, mas sem dúvida, pode haver outros. Aqui, o objetivo foi dar apenas um exemplo de como as áreas de pesquisa se organizam, inclusive com corpus editorial específico.

Quadro 2 – periódicos da área do ensino de Geografia

Periódico	Origem	Acesso
1. Revista Geografia, Ensino & Pesquisa	Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/about
2. Revista Ensino de Geografia (Recife)	Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/about
3. Signos Geográficos	Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG)	Disponível em: https://revistas.ufg.br/signos/about

4. Revista Educação Geográfica em Foco	Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	Disponível em: https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/about
5. Revista Brasileira de Educação em Geografia	Departamento de Geografia da Unicamp	Disponível em: https://www.revistaeducgeo.com.br/revistaeducgeo/issue/view/33
6. Giramundo – Revista de Geografia do Colégio Pedro II	Colégio Pedro II	Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/index
7. Revista Amazônica sobre Ensino de Geografia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	Disponível em: https://publicacoes.ifpa.edu.br/index.php/raseng/index
8. PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina	Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/issue/archive
9. Revista Ensino de Geografia – UFU	Departamento de Geografia da Universidade Federal Uberlândia (UFU)	Disponível em: http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/arquivo.php

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Para Tozoni-Reis (2009), a pesquisa bibliográfica pode ser sistematizada para que se obtenha os resultados esperados, e um dos principais instrumentos é o fichamento bibliográfico. Por esse motivo, utiliza-se o instrumento fichamento bibliográfico após a seleção do material e uma primeira leitura. Depois disso, são feitos destaques de palavras-chave e frases no caderno de notas (físico ou digital) e, por fim, os fichamentos feitos em conformidade com o tema ou conceito necessário à fundamentação do objeto em estudo.

O objeto de estudo é construído pelo pesquisador pela relação empírica, documental e fundamentação teórica. Por exemplo, pode ser o desenvolvimento do pensamento geográfico por estudantes do Ensino Fundamental; a horta escolar como ferramenta pedagógica no ensino de Geografia; o trabalho de campo como metodologia de ensino; os desafios e possibilidades das práticas educativas dos professores de Geografia, entre outros.

A organização da pesquisa bibliográfica por meio de busca sistemática nos bancos de dados e do acervo pessoal é crucial para a construção teórico-conceitual das categorias de análise escolhidas previamente ou posteriormente como método para a produção, análise e discussão dos dados. Isso porque com o acesso aos materiais no gabinete ou nos acervos das plataformas digitais, é possível a leitura, os registros no caderno de notas e os fichamentos com o objetivo de identificar os códigos e suas categorias da pesquisa.

Posteriormente, realiza-se a discussão teórica das categorias, já definidas previamente ou a posteriori, construindo-se assim novos conhecimentos pela produção de significados sobre o objeto em estudo. Os procedimentos podem ser bibliográficos e empíricos, por exemplo. Neste trabalho apresenta-se como ocorre a pesquisa com o procedimento bibliográfico e de campo. Por isso, na próxima seção, discute-se como se dá o procedimento de campo (atividades na escola associada à área de pesquisa no ensino de Geografia) e suas respectivas nuances.

4 PROCEDIMENTO DE PESQUISA DE CAMPO PARA ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Na segunda etapa da pesquisa, pode ser realizada a pesquisa de campo nas instituições educacionais. Para isso, podem ser realizadas ações não participantes, participante via intervenções didático-pedagógicas ou de pesquisa-ação (quando se é professor da instituição ou membro daquela comunidade e se quer fazer uma interação transformadora na realidade). A seguir, apresentam-se os tópicos com indicação para a construção do arcabouço da pesquisa de campo em escolas.

4.1 AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Segundo Menezes e Kaercher (2017), a atividade intelectual não é neutra, mas é feita de escolhas. Por isso, o pesquisador pode fazer escolhas que orientem o caminho da pesquisa e ter consciência de que ele não saberá de tudo. Nesse sentido, é necessário que o pesquisador faça algumas escolhas metodológicas conscientes e intencionais para delimitar o objeto de pesquisa.

Segundo Eco (2007), a escolha do tema ou do objeto de pesquisa tem diversas perspectivas. Mas se pressupõe que o pesquisador tenha interesse e um orientador disposto a ajudá-lo. Nesse

caso, o autor defende que se faz necessário seguir regras, como: o tema é de interesse do candidato (pesquisador), as fontes são acessíveis, o pesquisador tem capacidade para manusear as fontes, o quadro da metodologia científica está ao alcance cultural do pesquisador em operacionalizá-la.

Em diálogo com Eco (2007), entende-se que essa relação entre o sujeito pesquisador que escolherá o tema, o orientador e o tema de pesquisa precisa ter elementos de conexões. Queremos dizer que é necessário que o pesquisador tenha interesse no tema, que seja um tema relevante para a ciência, para a área de pesquisa como, por exemplo, a do ensino de Geografia e se é importante para a sociedade. Somando-se a isso, a necessidade do orientador de estar disposto a orientar, mas que, de certa forma, ele possa ter domínio teórico-metodológico e prático sobre o tema, ou que esteja disposto a apropriar-se dele, a fim de potencializar a produção científica de impacto social.

O recorte espacial é indicado como critério para selecionar escolas em que o pesquisador, preferencialmente, more perto, tenha acesso aos locais e sujeitos da instituição (professores, coordenadores, diretores) e que seja adequado para a coleta das informações empíricas de acordo com o objetivo da pesquisa. Após a escolha, é preciso caracterizá-la (informações gerais da instituição) e produzir a representação cartográfica a fim de espacializá-la.

A escolha das escolas necessita também de justificativa, pois existem muitas particularidades e nuances, como: etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e modalidades de educação (Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Indígena, Educação a Distância, Educação Quilombola, Educação do Campo), bem como características sociais, econômicas, políticas e culturais do local onde se localiza a escola. Desse modo, é preciso informar por que essa ou essas escolas e não outras.

Em caso de escolha de mais de uma instituição educacional, é necessário estabelecer critérios para fazer comparações dos resultados ou não fazê-las. Justificar os motivos por que não irá compará-las e os motivos em caso de comparações, pois essa metodologia pode modificar aspectos de coleta, análise de dados e da produção de significados científicos sobre o objeto de pesquisa.

Após a escolha espacial das instituições de ensino, é essencial a temporalidade, pois toda relação espacial se dá com a coexistência de temporalidades. Com isso, entende-se que não há nada na sociedade que não tenha as dimensões indissociáveis tempo-espço. Assim, a escolha temporal pode ser por anos, semestres, bimestres, meses, dias, alternância (educação do campo) etc. É

importante aliar a temporalidade às demandas das escolas aos professores, coordenadores, diretores, funcionários de modo geral e aos estudantes, pois todas as atividades a serem realizadas com esses sujeitos dependem direta ou indiretamente desses sujeitos, das instituições, bem como as situações imprevistas que nelas podem ocorrer.

Escolha de tema-conteúdo também é relevante quando se for fazer as pesquisas associadas ao processo de ensino-aprendizagem, pois a depender dos conteúdos, a dinâmica das aulas pode mudar. Para isso, utiliza-se os termos tema ou conteúdo com o sentido de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, que no currículo escolar torna-se recurso simbólico para desenvolver e mobilizar a aprendizagem geográfica (pensar/agir geograficamente).

Com relação à escolha de turmas, pode-se escolher estudantes das três etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou das modalidades (Educação do Campo, Educação Indígena, Educação a Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Quilombola, Educação Especial, Educação em Estabelecimentos Penais). Por isso, é essencial fazer as escolhas, pois em cada etapa ou modalidade os processos cognitivos e de mediação dos professores são diferentes em virtude dos objetivos educacionais específicos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um conjunto de protocolos, regulamentos e regras fundamentais para a realização da pesquisa e resguardo legal das instituições, garantindo a dignidade e integridade dos sujeitos participantes e do próprio pesquisador. Por isso, é essencial que o pesquisador procure nas suas Instituições de Ensino Superior o CEP e depois busque junto às secretarias municipais ou estaduais/distrital os setores responsáveis pela liberação da realização de pesquisa nas escolas. Seguir esse protocolo é essencial para resguardar o pesquisador e as instituições envolvidas, bem como contribuir para o sentimento de confiança dos sujeitos envolvidos na pesquisa, por entenderem que sua integridade será garantida com protocolos.

Dentre os protocolos relacionados à ética na pesquisa em escolas, podem ser listados, a título de exemplificação: não citar o nome das escolas e dos sujeitos da instituição. Desse modo, podem ser usados nomenclatura de Escola A, Escola B, Escola 1, Escola 2 etc. Os estudantes podem ser identificados com números: Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3 etc. ou nomes fictícios. Já se a pesquisa for feita com professores, pode-se usar Professor 1, Professor 2, Professor 3 etc. Soma-se isso a recomendação de produção de um mapa com a localização da instituição ou das instituições. Recomenda-se localizá-las com pontos com nomes fictícios, Escola 1, Escola 2, Escola 3 etc. Além disso, para registros fotográficos, recomenda-se não expor os rostos dos

sujeitos, para isso pode-se desfocar suas identificações ou coletar registros em que não seja possível reconhecê-los.

Quanto aos critérios de escolha metodológica entre temas/conteúdos, conceitos, princípios, linguagens (cartográficas, outras) e categorias da Geografia ou de outros campos científicos correlatos, precisam ser justificados os motivos das escolhas de uma e não de outras.

4.2 AS TÉCNICAS E OS MOMENTOS

Para a coleta de informações empíricas, é essencial delimitar o uso de algumas técnicas, pois para Marconi e Lakatos (2003, p. 174), “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”. Desse modo, compreende-se que, para as pesquisas na área de ensino de Geografia também não é diferente, pois as técnicas possibilitam fazer coleta e análises de informações empíricas de forma sistematizada, as quais dão o caráter científico aos resultados.

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186), “[...] antes que se realize a produção de dados é preciso estabelecer tanto as técnicas de registro desses dados como as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior”. Em concordância com as autoras e o objetivo desta pesquisa, as técnicas podem ser escolhidas para a produção de dados, como: aplicação de questionários, grupo focal, entrevistas, intervenção pedagógica, roda de conversa, observações in loco, registros fotográficos, notas de campo, entre outras.

Dadas as escolhas das técnicas, para Gonsalves (2001), pode-se deixar claro porque escolheu essas técnicas e não outras. Além disso, é preciso ter rigor científico, conforme pontuam Menezes e Kaercher (2017). Para os autores, é necessário ter rigor nos procedimentos metodológicos da pesquisa, porque eles guiam todo o percurso da pesquisa, e esse caminho é cheio de imprevisibilidade. Porém, não se deve confundir essa dinamicidade com a improvisação. Com essa preocupação, os instrumentos de pesquisa podem passar por uma ação piloto, ou pré-testes, bem como por uma análise por outros grupos, como os de pesquisadores, diretores, coordenadores, docentes, comunidade e estudantes. Com o intuito de identificar incoerências nas técnicas de pesquisa, como: erros nos enunciados, problemas de compreensão, enviesamento e questões relacionadas à língua portuguesa (gramática, semântica, entre outros aspectos da língua).

Dadas as escolhas das técnicas de coleta de informações empíricas, a operacionalização da pesquisa de campo pode ser desenvolvida em vários momentos e com diferentes técnicas de pesquisa, por exemplo, aplicação de questionário, realização de oficina pedagógica sobre um determinado tema/conteúdo, grupo focal, aplicação de testes com resolução de situações-problema, roda de conversa, trabalho de campo, observação/pesquisa participante, experimento formativo, observação/pesquisa não participante, pesquisa-ação, pesquisa etnográfica, entre outras.

Na realização da pesquisa de campo, é fundamental esclarecer sobre a pesquisa, as etapas, o papel de cada um na pesquisa, bem como documentar o aceite dos participantes em consonância com os conselhos de ética da área e das instituições participantes. Por isso, é essencial a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para maiores de 18 anos de idade, ou assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os menores de 18 anos de idade.

É importante ter a descrição metodológica no plano apresentado para as instituições e os sujeitos participantes, como tipos de abordagens que serão utilizadas, procedimentos, técnicas e instrumentos. Além de mencionar os materiais que utilizarão informações empíricas coletadas, como as registradas em folhas de papel A4, câmeras fotográficas, cadernos, caixa de som, computadores, entre outros. Após a finalização da pesquisa, recomenda-se guardar toda a documentação coletada da pesquisa por um período de pelo menos cinco anos. Por fim, ao passar por essas duas etapas, é hora do tratamento e da análise, tema para a próxima seção.

5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A terceira etapa é um dos momentos estruturantes para quem faz pesquisa de campo nas escolas, pois além da pesquisa bibliográfica, há a etapa de coleta de informações empíricas, análise e discussão dos dados. Neste artigo, indica-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) como uma das possibilidades metodológicas, uma vez que existem outras alternativas e outros autores que podem ser usados para subsidiar essa última etapa da pesquisa. Essa etapa, por sua vez, é um momento ímpar em que se faz a triangulação dos dados, conforme os fundamentos teóricos elencados na pesquisa, a coleta de dados e a interpretação dos pesquisadores (Figura 2).



Figura 2 – Triangulação dos dados na pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A análise de conteúdo teve seu uso, inicialmente, em estudos sobre hinos religiosos na Suécia, em 1640, para saber se eles tinham efeitos nefastos nos luteranos (Bardin, 2011). Por isso, essa técnica não é nova, pois desde o século XVII ela passou a ser aplicada em alguns lugares, em especial em análises hermenêuticas. Para Bardin (2011, p. 15), a análise de conteúdo “[...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. Para a autora, as inferências dizem respeito a operações lógicas entre proposições que se conectam a outras já aceitas como verdadeira. Podemos citar como exemplo: proposição 1 – todo ser vivo é mortal; proposição 2 – José um ser vivo; a inferência e a dedução na conexão das proposições é que José é mortal.

Segundo Japiassú e Marcondes (2008), a hermenêutica na contemporaneidade é uma reflexão filosófica ou compreensiva de símbolos ou mitos em geral em que o hermetismo é uma ação interpretativa sobre conhecimentos sutis, visíveis ou invisíveis. Compreende-se que a visualização de indicadores visíveis ou invisíveis contemplados em determinado objetivo do interpretante exige operar com um método (visão) estruturado em elementos simbólicos – temas/conteúdos, teorias, categorias, conceitos, princípios, linguagens. Assim, a ação interpretativa das pesquisas baseia-se na operacionalização do método teórico-filosófico mobilizado pelo pesquisador, como: positivismo, fenomenologia, materialismo histórico-dialético, existencialismo,

método hipotético-dedutivo, hermenêutica, geossistema, teoria da complexidade, estruturalismo, pós-estruturalismo, desconstrucionismo, entre outros.

Na educação básica, é importante o pesquisador entender que o professor dessas instituições pode ter a necessidade de mobilizar diferentes métodos teórico-filosóficos para a condução do desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes em virtude de diversos fatores, como: a complexidade da realidade local e do mundo; questões relacionadas às subjetividades dos sujeitos envolvidos; as relações dentro das territorialidades escolares são constituídas também de interesses divergentes e convergentes de concepções de currículo para onde direcionar o ensino; existem questões naturais que interferem no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, questões de clima e tempo, entre outros fatores.

Por outro lado, defende-se a consciência de qual base teórica-filosófica se parte, mesmo tendo essa multiplicidade de complexidade da realidade. Acredita-se que a não consciência sobre a perspectiva filosófica motivadora principal pode prejudicar a projeção consciente e intencional das ações do professor de Geografia nos direcionamentos e orientações didático-pedagógicas diante das práticas educativas.

A análise de conteúdo prevê a realização de análises em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação por inferências e deduções (Bardin, 2011), cuja representação está sistematizada na Figura 3.

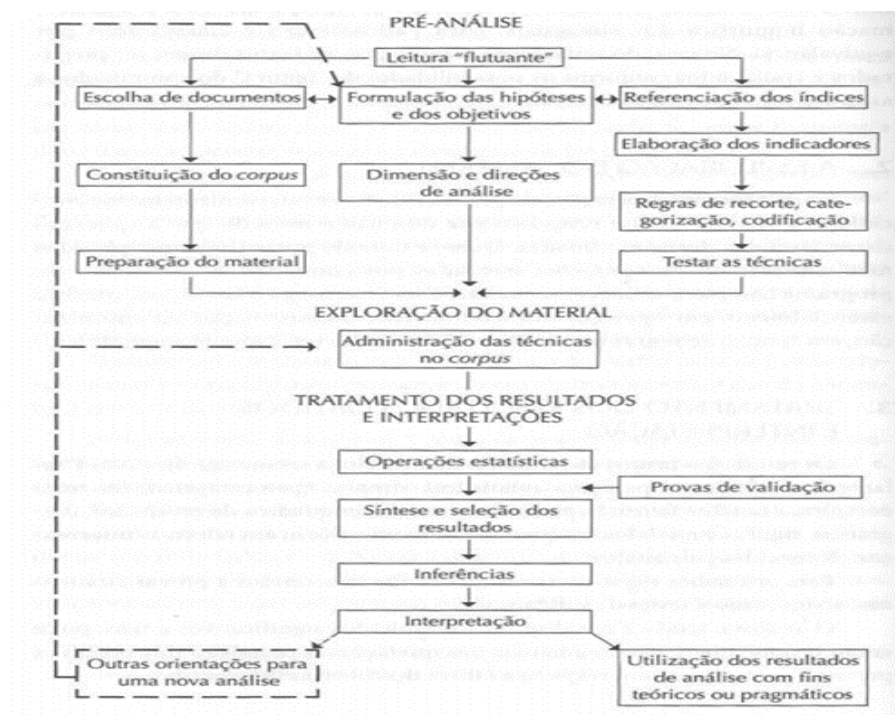


Figura 3 – Etapas e sistematização da técnica de análise de conteúdo

Fonte: Bardin, 2011.

A primeira etapa diz respeito à pré-análise, que tem como finalidade sistematizar as ideias iniciais de modo que as torne operacionais. Essa primeira fase constitui o momento das escolhas documentais, formulação de hipóteses, formulação de objetivos e elaboração de parâmetros do que poderá ser a interpretação final do trabalho. Existem alguns mecanismos indicados nessa primeira etapa, como a leitura flutuante, que consiste em ir aos poucos se apropriando da documentação para que se torne mais precisa com essas ações iniciais. Outro mecanismo é escolher inicialmente a documentação a ser explorada e que, para tanto, é necessário o estabelecimento de regras para as escolhas.

Na segunda etapa, ocorre a exploração do material. Essa fase consiste na aplicação da fase anterior, a pré-análise. Logo, tem como intenção realizar operações de codificação, enumeração, decomposição, de acordo com as regras já formuladas previamente.

A codificação constitui uma unidade de registro (palavra, frase) que permite identificar a presença ou ausência das categorias da pesquisa. Para Bardin (2011, p. 42), “[...] o analista, no seu trabalho de poda, é considerado aquele que delimita as unidades de codificação, ou as de registro.

Estas, consoante o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado”.

A unidade de registro é a significação codificada. Para se fazê-la, pode-se levar em conta várias dimensões. Entre elas, palavras e frases que foram escolhidas como critério para a presente pesquisa. Com relação à unidade palavra, pode-se levar em conta todas as palavras ou palavras-chave e tema (Bardin, 2011). A técnica vai para além dos significados imediatos pelo que é dito ou escrito. É importante que o pesquisador tenha o domínio do conteúdo sobre a escolha, seja da unidade por palavras, frases, tema ou unidade de contexto, de modo que possa identificá-lo e produzir novas significações sobre o objeto de estudo.

A segunda unidade de registro é o tema, que é uma afirmação sobre determinado assunto, ou seja, uma frase. O registro nessa unidade busca descobrir os núcleos de sentidos que compõem aquela determinada comunicação cuja presença ou ausência pode significar alguma coisa na análise (Bardin, 2011). Busca-se, assim, nos temas, núcleos de sentidos. Pode-se considerar para isso tanto a identificação em afirmações do tema ou de alusões a ele. Por isso, a autora afirma que as unidades de codificação não necessariamente precisam estar presentes, pois a ausência também é resultado de pesquisa. Diante disso, indica-se que o pesquisador da área do ensino de Geografia pode seguir essa orientação metodológica para que seu trabalho final possa ser passível de verificação de veracidade dos fatos evidenciados durante a realização da pesquisa.

O tratamento dos resultados, inferência e interpretação dizem respeito ao momento em que os dados brutos da pesquisa são codificados. As inferências buscam indicadores de ordem quantitativa ou qualitativa. Nessa fase, a codificação dos conteúdos brutos é transformada em categorias que possibilitam a representação. A codificação é um processo em que os dados brutos são sistematizados, podendo ocorrer de três formas: escolha de unidades, regras de contagem ou escolha de categorias.

Para Bardin (2011), a operação com as categorias pode ser empregada por intermédio de dois processos: primeiramente, é fornecido o sistema de categorias nas quais se repartem os elementos em “caixas” à medida que surgem; e segundo, as categorias não são definidas a priori, somente no fim. Além disso, o processo de construção da categorização envolve a escolha de três critérios, a saber: expressivo (ex.: perturbações de linguagem); sintático (verbos, adjetivos) e semântico (significados que chegam a um grupo).

Cabe ressaltar que tais aspectos podem ou não estar presentes, pois de acordo com Bardin (2011, p. 144), “a abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”.

No terceiro momento, após a operacionalização com os procedimentos de análise do conteúdo, os dados coletados são interpretados e discutidos com base nos fundamentos teóricos. É importante nessa etapa não deixar de buscar os fundamentos teóricos elencados durante toda a pesquisa para discutir os dados, ou seja, a triangulação é necessária – fundamentos teóricos + coleta de dados + análise, interpretação e produção de novas significações sobre o objeto de pesquisa. Tais procedimentos metodológicos operacionalizados podem ser sintetizados em um quadro de coerência, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Quadro de coerência

Título: escreva o título do trabalho (TCC, dissertação ou doutorado).
Apresentar e contextualizar o objeto de pesquisa: eixos que perpassam sua pesquisa: exemplo: formação de professores, atuação docente, práticas educativas. Fazer um exercício de pensamento pode ser dedutivo (geral para o particular) ou indutivo (particular para o geral). Essa contextualização depende da abordagem com os princípios do método teórico-filosófico mobilizados pelo pesquisador.
Justificativa: argumente sobre a motivação da pesquisa: pessoal, acadêmica e social.
Problema: Faça uma pergunta de pesquisa. Por exemplo: dada essa constatação prática, emergiu a necessidade de continuar essa pesquisa com estudantes do 9º ano do EF em razão da seguinte questão problematizadora: como promover o desenvolvimento do pensamento geográfico?
Hipótese/Suposição: é a possível resposta para o problema de pesquisa. Ela pode ser ratificada ou negada, mesmo sendo negada se constitui como dados de pesquisa.
Tese científica: é o posicionamento do autor sobre determinado objeto de estudo com evidências: exemplo: parte-se da hipótese/suposição de que a casa é uma condição de existência para a dignidade humana. Ao evidenciar cientificamente elementos que ratificam essa hipótese, tem-se a tese (hipótese sustentada). Defesa de tese: defende-se que a casa é um direito imprescindível porque é um local essencial para as condições de existência humana com dignidade. Para ratificar a tese, busca-se indicadores que ratificam sua tese, articulando fundamentos teóricos com documentos, observações, entrevistas, pesquisa-ação, experimentações, comparações, analogias, entre outras.
Objetivo geral: é a intenção geral da pesquisa. Geralmente começa com um verbo no infinitivo abrangente como: analisar, compreender, investigar, desenvolver, entre outros. Ele precisa estar conectado com a temática e a problemática da pesquisa. Por exemplo: Tema: a casa como direito fundamental para a justiça socioespacial; problema: por que a casa precisa ser um direito fundamental para a justiça socioespacial? Objetivo geral: analisar a casa como direito fundamental para a justiça socioespacial. Vejam que os elementos estão interconectados e relacionados de modo a potencializar a fundamentação teórica, coleta de dados, análise e discussão dos resultados.

Objetivos específicos: São ações operacionais para alcançar o objetivo geral da investigação. São demarcados por um verbo no infinitivo que denotam processos menos abrangentes, como, por exemplo, conceituar, explicitar, descrever, identificar etc.
Fundamentação teórica: é a discussão teórica sobre o objeto da pesquisa. Lembre-se de que esse componente do projeto está presente em todos os momentos até a finalização da pesquisa. Por exemplo, nas discussões dos dados coletados os fundamentos teóricos são essenciais e, por isso, precisam estar presentes para dá sustentação à produção dos conhecimentos científicos.
Procedimentos metodológicos: apresentar a abordagem metodológica, revelar o método teórico-filosófico, procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa.
Análise e discussão dos dados: discutir os dados da pesquisa fazendo a triangulação entre a fundamentação teórica, a coleta de dados e a discussão dos resultados pelo pesquisador.
Cronograma: descrever as etapas da pesquisa e ações a serem realizadas na pesquisa.
Referências bibliográficas: inserir os fundamentos teóricos citados no texto, conforme a ABNT. Ao usar um fundamento, já insere imediatamente no final para não esquecer.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta elementos metodológicos para as pesquisas na área do ensino de Geografia com foco em pesquisas em escolas na educação básica. Ele indica diversos aspectos sobre elementos da produção de pesquisa acadêmica focada na área do ensino de Geografia. O artigo mostra que não existe um parâmetro único e consensual da ordem dos componentes da pesquisa, mas existem orientação e elementos essenciais na construção de um projeto de pesquisa, como apresentação e contextualização do objeto de pesquisa, a justificativa (pessoal, acadêmica e social), o problema, a hipótese/suposição, objetivo geral, objetivos específicos, procedimentos metodológicos, fundamentos teóricos, cronograma e as referências bibliográficas citadas.

Tais componentes estruturantes precisam ser entendidos pelo pesquisador como se fosse uma “bússola” de orientação no desenvolvimento operacional da pesquisa, ajudando-o e alertando-o ao ser consultado regularmente sobre os desvios e perda de foco quanto à interpretação e desvendamento do problema de pesquisa que, em última instância, impulsiona e justifica a própria decisão de realização da pesquisa.

7 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 281 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. Ministério da Educação. Brasília. **O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 8 mar. 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensinar e aprender Geografia: elementos para uma didática crítica**. Goiânia: Alfa & Comunicação, 2024. 192 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2013. 192 p.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí: Unijuí, 2013. 168 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 13. ed. São Paulo: Ed. presença, 2007. 238 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 118 p.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 101 p.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. 309 p.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Didática da Geografia: elementos teórico-metodológicos para a educação básica. **Revista Signos Geográficos**, v. 7, p. 1-24, 2025a. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/issue/view/2475>. Acesso em: 16 set. 2025.

LUZ NETO, D. R. S. Componentes da didática da geografia para a educação básica Geografia. **Ensino & Pesquisa, Santa Maria**, v. 29, 2025b. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/91052> Acesso em: 16 set. 2025.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. A contribuição do desenvolvimento do pensamento geográfico para os processos cognitivos dos estudantes na educação básica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 28, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/87701>. Acesso em: 16 set. 2025.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. **Mobilização do pensamento geográfico na interpretação de práticas espaciais por alunos do ensino médio**. 2022. 226f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44548>. Acesso em: 16 out. 2025.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174-214.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: contexto, 2015. 188 p.

MENEZES, Victória Sabbado; KAERCHER, Nestor A. Trajetórias metodológicas de uma pesquisa em ensino de geografia: uma análise das concepções teóricas e da epistemologia da prática do professor de Geografia. In: PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (Organizadores). **Pesquisa qualitativa, aplicação em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. p. 262-286.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 108 p.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, n. 23, v. 1, p. 4-18, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>. Acesso em: 15 fev. 2021.

QUINCAS, André Luiz Nascimento; LEÃO, Vicente Paula; LADEIRA, Francisco Fernandes. Construção do raciocínio geográfico: conceitos e práticas na escola. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. v. 8, n. 16, p. 112-129, 2018. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/548>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 218 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4^a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 384 p.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009. 136 p.

Data de recebimento: 12 de fevereiro de 2025.

Data de aceite: 15 de setembro de 2025.